

O dogma da inspiração divina da bíblia no processo de sinodalidade eclesial

Leila Maria Orlandi Ribeiro ¹

Resumo: Este trabalho objetiva refletir sobre a necessidade de atualização dos dogmas da Igreja no mundo atual, em particular sobre o da inspiração divina da Sagrada Escritura. Compara a obra de Waldomiro Piazza, *A Revelação cristã na Constituição Dogmática Dei Verbum*, Capítulo III, com o número 11 da Constituição Dogmática *Dei Verbum*. A metodologia é a da pesquisa bibliográfica. Conclui-se que as afirmações dogmáticas da Igreja, quando atualizadas à realidade das gerações, mantêm o depósito da fé e, ao mesmo tempo, quando compreendidas e vivenciadas, conduzem o povo à felicidade já nesta vida, e, plenamente, na salvação eterna.

Palavras-chave: Dogma. Inspiração. Sagrada Escritura. Sinodalidade; Revelação

INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II trouxe à Igreja a possibilidade de redescobrir-se como o conjunto de todo o “povo santo de Deus”, desde “os bispos até ao último dos fiéis leigos” (*Lumen Gentium* 12). Com tal consciência, a Igreja se coloca a serviço de todo o povo, ciente de que não só a hierarquia precisa ser periodicamente revisitada, mas também o conjunto dos fiéis batizados. Após 60 anos do início do Vaticano II, o processo de atualização da Igreja encontra significativa expressão no chamado do Papa Francisco à sinodalidade, com vistas ao sínodo dos Bispos que acontecerá em 2023, a partir da escuta do povo de Deus sobre como se entende e se vive a sinodalidade nas suas realidades eclesiais.

Nesse caminho de atualização da Igreja, uma das questões diz respeito aos dogmas da fé. Isso porque, dentre até mesmo os fiéis, muitos se perguntam: o que são os dogmas? Qual é o valor dos dogmas para os dias atuais? Em especial sobre o dogma da inspiração bíblica, como se pode dizer que a Sagrada Escritura é inspirada pelo Espírito Santo se nela se encontram erros, como os históricos e os científicos? A partir das questões levantadas, estabelece-se o objetivo do trabalho, qual seja o de refletir sobre a necessidade de atualização dos dogmas da Igreja no mundo atual, em particular sobre o da inspiração divina da Sagrada Escritura. O trabalho se desenvolve com a interpretação do autor Waldomiro Piazza sobre o assunto, especificamente no capítulo III da sua obra *A Revelação cristã na Constituição Dogmática Dei Verbum*, em comparação com o processo de redação do n. 11 da referida Constituição, durante o Concílio. A metodologia é, portanto, a da pesquisa bibliográfica nas obras citadas, com vistas ao desenvolvimento dos seguintes temas: o que é e por

¹ Doutoranda no PPG de Teologia da FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – BH. Bolsista da CAPES. Contato: leilaor2608@gmail.com

que crer nos dogmas; como interpretar o dogma da inspiração divina da Sagrada Escritura, segundo o n. 11 da *Dei Verbum*; síntese da apresentação de Piazza sobre a inspiração divina da Bíblia; valores e comentários sobre a produção do autor sobre o dogma, em comparação com a *Dei Verbum*, n. 11.

1 QUE É DOGMA E POR QUE CRER NO DOGMA?

Para se conceituar os dogmas da Igreja, apresentam-se algumas reflexões de estudiosos do assunto. Antes, porém, cumpre explicitar que a tarefa de interpretar de maneira autêntica a Palavra de Deus, transmitida pela Escritura e pela Tradição, é confiada ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo (DV, 10). Para garantir a autenticidade de interpretação, o Magistério consulta teólogos, exegetas e outros expertos, dos quais reconhece a legítima liberdade e com os quais permanece ligado por uma relação recíproca, com o fim comum de “conservar o povo de Deus na verdade que torna livre” (CDF, Instrução sobre a vocação eclesial teólogo, 21).

Dentre os peritos que se pronunciam sobre a comunicação das verdades da fé, destaca-se Juan Luis Segundo. O autor afirma que “a verdade é tal quando se converte em comunicação real” (SEGUNDO, 2000, p.12). Para o autor, pretender comunicar a revelação divina de Jesus e conservar o depósito da fé somente “a partir da autoridade extrínseca e da imposição exterior” significa deformá-la desde a origem (Idem, p. 13). A imposição exterior e a autoridade extrínseca seriam o que Juan Segundo chama de “pedagogia apressada”, aquela que ensina a repetir e não ensina a aprender (Idem, p. 17). Portanto, a sinodalidade é um momento oportuno para se abordar as questões sobre os dogmas da fé.

A Igreja existe para o bem dos seres humanos, na sua responsabilidade sobre a revelação divina. Sendo assim, Juan Segundo afirma que “a revelação de Deus não está destinada a que o homem *saiba* o que de outro modo seria impossível saber, mas a que o homem *seja* de outra maneira e aja melhor” (SEGUNDO, 2000, p.15). Sendo que o homem só compreende aquilo que afeta o íntimo da sua existência, é no contexto vital e eclesial do grupo humano que se encontram as respostas sobre o porquê crer, em especial no dogma.

Existe grande diferença quando a pergunta sobre o porquê dos dogmas é feita por suspeitas generalizadas, ou por “ter sentido como eles enriquecem uma vida, compreendendo melhor o dogma e colocando cada aspecto dele em seu devido contexto” (SEGUNDO, 2000, p.45). É no processo revelatório que temos que aprender hoje como seguir o Espírito que nos leva a conhecer “toda a Verdade” (Idem, p. 47).

Para o estudioso Afonso Murad, há quem considere os dogmas como “um pacote fechado, que o fiel católico tem que levar para casa junto com sua pertença à Igreja”. Ou, então, “o remédio indesejável que se deve engolir sem mastigar, para não sentir seu gosto amargo” (MURAD, 2012, p. 125). Assim vistos, os dogmas são verdades de difícil compreensão, determinados pelas autoridades da Igreja, que, em vez de favorecer a experiência cristã, o que fazem é reprimir.

O Vaticano II ajudou a compreender os dogmas, recolocando a Bíblia como fonte para sua compreensão, já que o Espírito Santo conduz a comunidade à verdade plena, recordando o que Jesus disse e ajudando a compreender a Verdade, cada vez mais (Jo 16, 12-13). Assim entendido, e por caber ao Magistério a regulação do processo de interpretação da Revelação divina, torna-se imprescindível a compreensão do dogma da inspiração da Sagrada Escritura pelos fiéis.

Os dogmas significam conquistas irrevogáveis de fé. Por outro lado, por serem uma formulação humana, é necessário que a atualização da comunicação do dogma aconteça de forma constante, com vistas a suprir o descompasso da língua, das várias culturas ou contextos, e para purificar o pensamento e dar clareza à verdade da revelação, na sua relação com a existência humana (cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Mysterium Ecclesiae*, junho de 1993).

A evolução e aprofundamento do dogma explica a verdade que Deus revelou e aprofunda a compreensão do projeto salvífico de Deus para com a humanidade (*Dei Verbum*, 8). Portanto, diz Murad, só se compreendem os dogmas da Igreja quando se abre o coração, a mente e o entendimento para a luz e o calor da presença irradiante de Deus no ser humano, o que o purifica e o transforma, para que ele seja e aja melhor.

2 O DOGMA DA INSPIRAÇÃO DIVINA DA SAGRADA ESCRITURA

Trazemos para a reflexão o dogma da inspiração divina da Sagrada Escritura, pela sua importância para a compreensão da revelação divina e a salvação dos seres humanos. Pergunta-se: até que ponto se fala hoje em dia no dogma da inspiração bíblica? Mesmo sendo essencial para os fiéis, este é um assunto pouco trabalhado pelos estudiosos e menos ainda compreendido pela comunidade.

A Igreja declara inspirados os livros do Antigo Testamento e do Novo Testamento, pois os considera escritos sob a inspiração do Espírito Santo. Deus escolheu homens para escrever esses livros, respeitando suas próprias faculdades e capacidades, para que, agindo neles o seu Santo Espírito, pudessem escrevê-los como verdadeiros autores (DV,11).

Sendo assim, tudo o que os autores inspirados (hagiógrafos) afirmam, deve ser tido como afirmado pelo Espírito Santo. Por isso professamos que os livros da Sagrada Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus quis que fosse colocada por escrito nas Sagradas Escrituras. Sendo a Escritura inspirada por Deus, toda ela é útil para educar, ensinar, instruir na justiça e nas boas obras, a fim de nos levar à salvação.

Nesse sentido é que se pergunta: “O que foi que Deus quis revelar para a nossa salvação, que consta como inspirado da Sagrada Escritura”? Com o intuito de refletir sobre a questão é que se analisará o Capítulo III do livro de Waldomiro Piazza, apresentando uma síntese do conteúdo do autor sobre a “Inspiração divina da Sagrada Escritura”. Prossegue-se com a análise crítica dos valores citados pelo autor, bem como de eventuais lacunas em

relação à teologia da inspiração bíblica. Toma-se como referência o processo de redação da *Dei Verbum* (DV) 11 durante o Concílio Vaticano II.

3 SÍNTESE DA OBRA DE PIAZZA SOBRE O DOGMA DA INSPIRAÇÃO DIVINA DA SAGRADA ESCRITURA

Segundo Waldomiro Piazza, no capítulo III da sua obra de 1986 (pág. 57) sobre a inspiração divina da Sagrada Escritura, a doutrina da Igreja ensina que a “inspiração” divina das Escrituras é o fundamento da verdade revelada, quanto: 1. Ao “fato” revelado na Sagrada Escritura e na Tradição, Jesus Cristo; 2. Ao instrumento da Revelação, qual seja, o homem (hagiógrafo); 3. E ao seu efeito, que é o próprio livro sagrado.

Deus se serve de autores humanos, respeitando as peculiaridades de sua cultura e estilo, para a redação da Sagrada Escritura. Por uma ação específica do Espírito Santo, algo próprio de Deus age sobre as faculdades intelectuais humanas, impedindo toda redução racional que o homem possa fazer na mensagem divina.

Porém, esta ação do Espírito Santo não ocorre como uma força magnética de Deus para a transmissão da mensagem divina sobre o homem, mas o Espírito Santo age, considerando a inteira liberdade do homem, iluminando suas faculdades intelectuais, para que transmita fielmente uma verdade de fé.

Ligada à questão da inspiração divina, a interpretação da hermenêutica moderna substitui o termo “inerrância” da Escritura por “verdade que salva”, já que este é o sinal do carisma divino das Escrituras: “para que o mundo inteiro, ouvindo, acredite na mensagem da salvação, acreditando espere, e esperando ame”! (DV, 11).

Desde o Concílio de Trento (1546 a 1563), a Igreja proclama que as Escrituras são “inspiradas” em todas as suas partes e em todos os seus livros. Conforme Piazza, não tem sentido, então, distinguir entre texto inspirado e texto não inspirado nas Escrituras, e considerar que as verdades de fé só se encontram nos textos inspirados. Também não se distingue entre parte material (profana) e parte religiosa dos livros da Sagrada Escritura, para justificar que os erros que se encontram são erros da parte profana. Porém, diz Piazza, deve-se distinguir o que Deus quis dizer por meio de homens, daquilo que o homem disse, condicionado por sua cultura e linguagem.

Para justificar tal distinção, Piazza recorda Santo Tomás de Aquino. Durante muito tempo houve quem defendesse a doutrina decorrente da dupla autoria das Sagradas Escrituras. Esta teoria considerava o fato de a Bíblia ter sido redigida por homens, sendo Deus o responsável pela mensagem divina e o verdadeiro autor da Sagrada Escritura” (cf. Santo Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, Primeira parte, Sobre a doutrina sagrada, Questão 1, Art. 10, Solução). E o autor humano seria o “autor instrumental”. Porém, a qualificação do autor humano como “autor instrumental” não foi acolhida pelo Vaticano II, nem pela maioria dos teólogos atuais, por não valorizar suficientemente a autoria do autor humano,

já que hoje grande parte do povo não tem compreensão das características aristotélico-tomistas da época.

Por sua vez, Piazza destaca que a decisão sobre as verdades da fé não foi de fácil consenso no Vaticano II. Pelo contrário, o Concílio enfrentou sério confronto entre duas posições extremas: uma dos que não admitiam erro algum nas Escrituras, e outra dos que admitiam erros em coisas que não diziam respeito à mensagem divina da salvação. Decorreram desta confrontação duas colocações: uma, de que “tudo o que os autores dizem deve ser tido como afirmado pelo Espírito Santo”; e outra, de que “os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro, a verdade (e não as verdades) que Deus, por amor da nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras” (Pio XII, enc. *Divino afflante Spiritu*, E.B.539).

Na opinião de Waldomiro Piazza, há de fato uma tensão entre o que Deus comunica através do homem inspirado e o que este expressa, condicionado pela sua cultura e capacidade literária. Deus consegue seu intento de comunicar uma mensagem divina, mas o homem não deixa de marcar o que escreve com suas limitações.

4 COMENTÁRIO SOBRE O TEXTO DE PIAZZA

Transcrevemos o n. 11 da Dei Verbum, que é a base da análise de Piazza.

As coisas reveladas por Deus, contidas e manifestadas na Sagrada Escritura, foram escritas por inspiração do Espírito Santo. Com efeito, a santa mãe Igreja, segundo a fé apostólica, considera como santos e canônicos os livros inteiros do Antigo e do Novo Testamento com todas as suas partes, porque, escritos por inspiração do Espírito Santo (cfr. Jo. 20,31; 2 Tim. 3,16; 2 Ped. 1, 19-21; 3, 15-16), têm Deus por autor, e como tais foram confiados à própria Igreja (1). Todavia, para escrever os livros sagrados, Deus escolheu e serviu-se de homens na posse das suas faculdades e capacidades (2), para que, agindo Ele neles e por eles (3), pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria (4).

E assim, como tudo quanto afirmam os autores inspirados ou hagiógrafos deve ser tido como afirmado pelo Espírito Santo, por isso mesmo se deve acreditar que os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus, para nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras (5). Por isso, «toda a Escritura é divinamente inspirada e útil para ensinar, para corrigir, para instruir na justiça: para que o homem de Deus seja perfeito, experimentado em todas as obras boas» (Tim. 3, 7-17 gr.) (DV 11)

4.1 VALOR DO TEXTO DE PIAZZA

Piazza aborda o tema de fundamental importância na Teologia, da “inspiração e das verdades reveladas na Sagrada Escritura”, assunto por muito tempo esquecido e até hoje pouco trabalhado pelos teólogos. Apropriando-se da referência de encíclicas anteriores ao Vaticano II, chega ao exposto na DV11, relacionando o tema da inspiração à questão da verdade revelada na Escritura. Para isso, passa pelo termo polêmico da “inerrância” bíblica, até chegar à forma positiva, utilizada na DV 11: “verdade ... para nossa salvação”.

4.2 ANÁLISE DO TEXTO DE PIAZZA

4.2.1 AUTORIA DA SE

De início, Piazza aborda a antiga questão da Igreja, superada pelo Vaticano II, de o autor humano ter sido considerado como “instrumento”, empregado por Deus na redação dos livros sagrados (pág. 57). Porém, ao final do seu texto, Piazza utiliza o mesmo conceito, ao citar que: “...as deficiências culturais do autor sagrado não atingem a mensagem divina, que tanto mais esplende quanto imenso e apto é o *instrumento* humano” (pág. 66).

Na opinião de Piazza, há uma “tensão” entre o que Deus comunica através do homem inspirado e o que este expressa, condicionado pela sua cultura e capacidade literária (pág.61). Esta colocação foi confrontada no Vaticano I, mas fica sem resposta na DV 11.

4.2.2 AUSÊNCIA DE ERROS DA SE

Parece que Piazza se utiliza do silogismo para explicar a inerrância bíblica, ao afirmar que: “Deus está comprometido nela e Deus não pode errar” (pág. 69). Assim, entende-se que: Deus não erra; Deus é autor da SE; logo, tudo o que existe na SE não contém erro.

Porém, tal proposição é perigosa, pois acarreta o risco do paradigma verbalista, que leva a se interpretar a Bíblia ao pé-da-letra. Em contraposição ao silogismo do paradigma verbalista, o Vaticano II adota o paradigma personalista, de que toda a Escritura se refere a uma única pessoa, Jesus Cristo (Jo 5,39).

4.2.3 SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE “INERRÂNCIA” POR “VERDADE” DA SE

Como decorrência da inspiração divina, Piazza aborda a questão da “inerrância”, apresentando que a DV substitui o termo pela expressão “verdade que salva”, na DV 11.

Por um lado, Piazza apresenta com propriedade: “Não tem sentido distinguir entre texto inspirado e texto não inspirado nas Escrituras” (pág. 60). Por outro lado, soa como ambígua a colocação do autor de que se deve distinguir o que Deus quis dizer por meio do homem, daquilo que o homem disse, condicionado por sua cultura e linguagem (pág. 60). Já que o Vaticano II afirma que “toda a Escritura é divinamente inspirada” (DV 11).

4.2.4 CONCLUSÕES SOBRE O TEXTO DE PIAZZA

A partir do exposto, sintetizam-se algumas conclusões sobre o texto de Piazza a respeito da inspiração divina da Sagrada Escritura.

1. Em primeiro lugar, destaca-se o valor da abordagem do tema da inspiração divina da Sagrada Escritura pelo autor.

2. Em seguida, algumas ideias são levantadas, para prosseguimento da reflexão.

2.1. Afirmar que há colocações não inspiradas na SE contraria o ensinado pelo Concílio de Trento e o Vaticano I, que dizem que a inspiração se estende a todos os livros sagrados, em todas as suas partes.

2.2. Isto acarreta que Deus não pode ter duas verdades para o homem, em épocas diversas, à escolha do que mais lhe interessa. A verdade da salvação é uma só, embora o modo de exprimi-la seja diverso.

2.3. Enfim, o que a DV apresenta é que há “ausência completa de erros na SE”. E que a única verdade que interessa à inspiração é a que diz respeito aos planos divinos de salvação da humanidade. Vemos estas reflexões já nas Encíclicas de Leão XIII (*Providentissimus Deus*, 1893), ao enfatizar o critério da “ciência aparente”; em Pio XII (na *Divino Afflante Spiritu*, 1943), com destaque à consideração dos gêneros literários; como também no Vaticano II, que diz que o “objeto formal é a verdade que salva”, sendo a Escritura um livro religioso, que visa fins religiosos.

2.4. Assim, chega-se à conclusão, segundo a DV, que é prudente evitar o termo inerrância, preferindo ausência de erros e verdade que salva, pois tudo o que está na Escritura apresenta uma verdade religiosa ou salvífica.

CONCLUSÃO

O caminho percorrido desde o Concílio Vaticano II até os dias de hoje, 60 anos depois, deixa evidente a urgência da atualização das formulações dogmáticas à realidade das novas gerações, para que sejam bem compreendidas e vividas, rumo à salvação. E o caminho da sinodalidade apresentado pelo Papa Francisco é uma das oportunidades para esta atualização, pois possibilita aliar pastoral e fé.

A Igreja caminha em continuidade, e o que veio antes do Concílio Vaticano II não é desprezado, nem o que vem depois é extrema novidade. Mas sim uma maneira de a Igreja se atualizar. Tal atualização permite à Igreja chegar ao Vaticano II como guardião do depósito da fé, porém, com uma nova postura de acolhida, misericórdia e respeito aos sinais dos novos tempos, conforme o disposto pelo Papa João XXIII no discurso de abertura do Concílio, *Gaudet Mater Ecclesia* (GME).

Nesse sentido, entende-se que a verdade que Deus quis revelar, qual seja, a revelação de Si próprio, está expressa em toda a Escritura, em uma única pessoa, humana e divina, Jesus Cristo, inspirada em sua totalidade pelo próprio Espírito Santo, para toda a humanidade.

A partir do estudo realizado, algumas questões permanecem sobre o dogma da inspiração da SE, tais como: enfim, o que dizer dos erros que, sabemos, existem na Sagrada Escritura? Qual é a relação de Deus com os erros humanos? Cristo rejeitou todos os erros? Será que Jesus, quando criança, não errou ao aprender a andar, a falar, nunca caiu, nunca errou ao serrar madeira na carpintaria? Cristo assumiu não só os pecadores, mas também o erro humano no seu próprio ser. Isso é muito mais complexo do que a rejeição de qualquer erro. Os erros da SE não são informações cosmológicas, eles têm uma mensagem salvífica, e esta é a verdade que não falha, assumindo todos os erros humanos.

Pode-se concluir que Jesus mesmo integrou todos os seus erros no seu agir divino, menos o pecado, já que Cristo mostrou que a misericórdia de Deus é esta: acolher com misericórdia os pecadores, pois Deus é bênção para todos e Jesus veio para os pecadores.

A retomada da relevância e centralidade de Cristo na revelação divina, foco de toda sinodalidade da Igreja, permite estabelecer o diálogo do conteúdo teológico da Sagrada Escritura com a humanidade e esclarecer as questões que ficaram dúvidas também sobre a DV 11. A sinodalidade solicitada pelo Papa Francisco para o próximo sínodo dos Bispos em 2023 é, com certeza, a oportunidade para se esclarecer as questões que permanecem.

REFERÊNCIAS

ALVES, César Andrade. *Ispirazione e verità*, pdf. Acesso em: 27.04.2022.

ALVES, César Andrade SJ. Para uma hermenêutica apropriada do Vaticano II. *Gregorianum*, 94, 2013.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Primeira parte. Sobre a doutrina sagrada. Questão 1, Solução do Art. 10. Disponibilizado em: livros católicos para download.

em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em: 27.04.2022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ (CDF). *Declaração Mysterium Ecclesiae* (ME). 1973. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19730705_mysterium-ecclesiae_po.html. Acesso em: 26.04.2022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ (CDF). *Instrução Donum Veritatis* (DonVer). Sobre a vocação eclesial do teólogo. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19900524 Acesso em 26.04.2022.

DE FONTIBUS REVELATIONIS. Esquema parcial. Original e tradução. Material disponibilizado pelo prof. Cesar Alves nas aulas do Minter FAJE-FATEO, de 18 a 21 de novembro de 2019.

JOÃO PP XXIII. *Gaudet Mater Ecclesia*. (GME). Discurso na abertura solene do SS. Concílio. 11 de outubro de 1962. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em 27.04.2022.

LEÃO PP XIII. *Encíclica Providentissimus Deus*. (PD). Sobre os estudos bíblicos. 1893. Disponível em: <http://cordasursu.blogspot.com/2017/09/enciclica-providentissimus-deus-do->

MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012

PIAZZA, Waldomiro. *A Revelação cristã na Constituição Dogmática Dei Verbum*. (DV). Petrópolis: Vozes, 1986.

PIO XII. *Carta encíclica Divino Afflante Spiritu*. (DAS). Sobre os estudos bíblicos. 1943. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_30091943_divino-afflante-spiritu.html. Acesso em: 27.04.2022.

SEGUNDO, Juan Luis. *O dogma que liberta*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.